

# Sem direito a ouvir

Adauto Cruz 27.8.02



RAYARA TEM OITO ANOS, MAS MAL CONSEGUE PRONUNCIAR PALAVRAS E REPETIU DE ANO DEVIDO A PROBLEMA DE AUDIÇÃO

César Henrique Arrais  
e Juliana César Nunes  
Da equipe do **Correio**

**G**rudada na televisão da sala, Rayara Brito, 8 anos, viu o Brasil ganhar o pentacampeonato mundial de futebol. Também foi com a orelha colada nas caixas de som que a moradora do Gama Oeste descobriu o gosto pela música. De axé a Sandy e Júnior. Na casa de fundos com três cômodos, ela se diverte em silêncio ao lado das primas. Por causa de um problema auditivo, sua mãe proíbe as brincadeiras na rua. Teme que ela seja atropelada jogando bola ou pulando amarelinha. O medo dura sete anos. “Notei que tinha alguma coisa errada quando, na escola do irmão, chamei para ir embora e ela não atendeu”, lembra Iraci, 33 anos, mãe de Rayara e servente de uma escola pública.

Na época, a menina tinha apenas um ano e cinco meses. Desde então, os pais correm atrás de atendimento especializado. O diagnóstico: deficiência auditiva moderada, seqüela de contaminação da mãe por rubéola na gra-

videz. O problema afeta o desempenho escolar. No ano passado, Rayara repetiu a 1ª série. Fala com dificuldade e seu vocabulário se restringe a palavras como sim, não, pai e mãe. Tímida, quando recebe uma pergunta, dá um sorriso sem graça e volta os olhos verdes para o chão. Tanto prejuízo poderia ser resolvido com um aparelho auditivo que custa R\$ 3 mil. A renda mensal da família — R\$ 500 — não permite o gasto.

Só no ano passado Rayara conseguiu entrar na fila de espera pela prótese da Secretaria de Saúde. Por lei, o governo é obrigado a fornecer o aparelho a todo deficiente que viva há mais de cinco anos em Brasília e cuja renda familiar seja inferior a dez salários mínimos — crianças e jovens em idade escolar são prioridade. É o caso de Rayara. Cansada de assistir ao sofrimento da pequena, a família, por meio do Conselho Tutelar do Gama, recorreu ao Ministério Público, que encaminhou uma ação civil pública para a Justiça. Na terça-feira da semana passada, o juiz Álvaro Ciarlini, da segunda vara de fazenda pública do Tribunal de Justiça do DF, decidiu que o go-

## FILA DE ESPERA

Além dos deficientes auditivos, outros pacientes sofrem com a falta de próteses e aparelhos para uso cotidiano. Aguardam em uma fila de espera que não tem previsão para acabar. São pessoas com deficiência visual, dificuldade de locomoção e amputadas. Confira alguns dos produtos em falta, quantas unidades foram entregues este ano e quantas ainda faltam:

	ENTREGUES EM 2002	FALTAM
Óculos	59	500
Telelupa	0	40
Prótese Ocular	32	80
Cadeira de Rodas	433	720
Prótese de mama	110	250
Bengala	66	210
Prótese de membros	52	300

verno deverá entregar com urgência o aparelho auditivo.

A decisão de Ciarlini também determina a aquisição de próteses e órteses (próteses de material biológico) para outras 70 pessoas portadoras de deficiência física, auditiva, mental, paralisia cerebral e visual. Até ontem, a Secretaria de Saúde ainda não havia recebido a intimação — e só irá se pronunciar sobre o assunto quando for comunicada oficialmente. Ca-

so a decisão não seja cumprida, o governo terá de pagar uma multa de R\$ 1 mil por dia para cada um dos 71 pacientes não atendidos.

Só por aparelhos auditivos, existe uma demanda de 2,5 mil pedidos na Diretoria de Procedimentos de Alta Complexidade (-DPAC). A diretora do DPAC, Heloísa Martins Barbosa, admite a falta de verbas para a compra dos aparelhos para os deficientes. Em vários documentos inclusos

no processo judicial, a Secretaria de Saúde usa esse argumento. Neste ano, apenas 130 próteses auditivas foram entregues. Outras 453 estão em processo de licitação. Além disso, o DPAC solicitou à Secretaria de Saúde, em regime de urgência, 232 aparelhos destinados a crianças e adolescentes em idade escolar — Rayara não está entre eles.

“Não queremos comprometer o desenvolvimento deles. O problema é que temos uma demanda cumulativa de 1999”, conta Heloísa Martins. Além dos aparelhos auditivos, existe pendência na entrega de equipamentos para quase todo tipo de portador de necessidade especial (*ver quadro*).

A Secretaria de Saúde informou que, após o período eleitoral, vai inaugurar um laboratório de teste de próteses. A partir daí, os dois mil aparelhos auditivos, que correspondem aos pedidos deste ano e de 2001, começarão a ser atendidos, entre eles o de Rayara. “Muitas vezes os pedidos médicos não são precisos e é necessária a realização de testes para seja que entregue o aparelho correto”, explica.